

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.517.739 - MG (2019/0161139-6)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
AGRAVANTE : GERALDO ESTEVAM DOS SANTOS
ADVOGADO : LEONARDO HENRIQUES DE MENDONÇA E OUTRO(S) -
MG076569
AGRAVADO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

DECISÃO

PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. LAUDO PERICIAL CONCLUSIVO PELA INCAPACIDADE PARCIAL DO SEGURADO. NÃO VINCULAÇÃO. CIRCUNSTÂNCIA SOCIOECONÔMICA, PROFISSIONAL E CULTURAL FAVORÁVEL À CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. AGRAVO CONHECIDO PARA DAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL, RESTAURANDO A SENTENÇA.

1. Agrava-se de decisão que negou seguimento a Recurso Especial fundando nas alíneas *a* e *c* do art. 105, III da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 1a. Região, que, dissonante da sentença, julgou improcedente o pedido de concessão da aposentadoria por invalidez, assim ementado:

PREVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. TRABALHADOR URBANO. COMPROVAÇÃO DA QUALIDADE DE SEGURADO. RESTABELECIMENTO DO BENEFÍCIO DE AUXÍLIO -DOENÇA DEVIDO. INCAPACIDADE LABORAL TOTAL E TEMPORÁRIA, RECONHECIDA EM LAUDO PERICIAL. TERMO INICIAL. CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORA.

1. *Sentença proferida na vigência do novo CPC/2015: remessa necessária não conhecida, a teor art. 496, § 3º, I, do novo Código de Processo Civil.*

2. *Os requisitos indispensáveis para a concessão do benefício previdenciário de auxílio -doença ou aposentadoria por invalidez são: a) a qualidade de segurado; b) a carência de 12 (doze) contribuições mensais; c) a incapacidade parcial ou total e temporária (auxílio -doença) ou total e permanente (aposentadoria por invalidez) para atividade laborar.*

3. *Comprovados nos autos a qualidade de segurado da previdência social e o cumprimento da carência exigida para o benefício postulado, tendo em vista que a parte autora gozou do benefício de*

Superior Tribunal de Justiça

auxílio -doença nos seguintes períodos: 11/2005 a 02/2006 e 01/2014 a 06/2014.

4. *O laudo pericial concluiu que a parte autora sofre de espondilodiscoartrose lombar e poliartrrose. Sustenta 1110 que há incapacidade total e temporária, desde 01/2014, com possibilidade de reabilitação profissional.*

5. *Devido o restabelecimento do benefício de auxílio -doença, o qual será mantido até posterior recuperação ou até a sua conversão em aposentadoria por invalidez, caso não haja possibilidade de reabilitação ou de recuperação da capacidade laborativa.*

6. *Atrasados: a correção monetária deve observar o novo regramento estabelecido pelo Supremo Tribunal Federal, em sede de repercussão geral, no julgamento do RE 870.947/SE, no qual fixou o IPCA-E como índice de atualização monetária a ser aplicado a todas as condenações judiciais impostas à Fazenda Pública. Juros moratórios conforme Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos na Justiça Federal. Deverão ser decotados os valores percebidos a título de incapacidade no mesmo período de execução do julgado.*

7. *A antecipação de tutela deve ser mantida, porque presentes os requisitos e os recursos eventualmente interpostos contra o acórdão têm previsão de ser recebidos apenas no efeito devolutivo.*

8. *Remessa necessária não conhecida e apelação parcialmente provida (item 5). De ofício, fixar o IPCA-E como índice de correção.*

2. Nas razões do Apelo Especial inadmitido, sustenta a parte recorrente que o benefício de aposentadoria por invalidez envolve a análise dos aspectos socioeconômicos e culturais do Segurado, não podendo a incapacidade ser analisada de maneira estrita, limitada, tão somente ao exame pericial.

3. É relatório.

4. Cinge-se a questão em determinar a possibilidade de concessão de aposentadoria por invalidez, levando-se em consideração as condições pessoais do Segurado, na hipótese de o laudo pericial não concluir pela sua incapacidade total para o trabalho.

5. A Lei 8.213/1991, que dispõe sobre os benefícios da Previdência Social, preceitua em seu art. 42, *in verbis*:

Art. 42 - A aposentadoria por invalidez, uma vez cumprida, quando for o caso, a carência exigida, será devida ao segurado que, estando ou não em gozo de auxílio-doença, for considerado incapaz e insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, e ser-lhe-á paga enquanto permanecer nesta condição.

6. Assim, para que seja concedida a aposentadoria por invalidez, é necessário que o Segurado, após cumprida a carência, seja considerado incapaz para o trabalho e insusceptível de reabilitação em atividade que lhe garanta subsistência.

7. Ocorre que, no caso, o perito médico designado pelo Juízo concluiu que o Segurado, ora agravante, não possui incapacidade total para o trabalho.

8. Inicialmente, há de se ter em conta que os pleitos previdenciários possuem relevante valor social de proteção ao Trabalhador Segurado da Previdência Social, devendo ser, portanto, julgados sob tal orientação exegética.

9. Neste diapasão, em matéria previdenciária deve haver uma flexibilização na aplicação das leis, motivo pelo qual entendo ser necessário, para a concessão de aposentadoria por invalidez, considerar outros aspectos relevantes, além dos elencados no art. 42 da Lei 8.213/1991, tais como, a condição socioeconômica, profissional e cultural do Segurado.

10. Na hipótese dos autos, como consignado pelo Juiz sentenciante, são várias as restrições do Segurado. Vejamos:

Submetido a perícia médica em juízo, foi atestada a sua incapacidade parcial e permanente para o exercício de sua atividade laborativa habitual, qual seja, motorista, fixando o ilustre perito judicial o termo inicial da incapacidade (DII) como sendo 01/2014.

O requerente, conforme consta do laudo pericial e dos documentos acostados aos autos, estudou somente até a 8a série, e vinha exercendo há

alguns anos atividade de motorista de caminhão.

Além disso, ele já conta idade relativamente avançada, 54 anos de idade.

Dada a simplicidade de trabalhadores dessa natureza e o baixo grau de instrução que possuem, segundo as regras de experiência comum, bem como a idade já avançada do autor, é de se concluir que ele não conseguiria novo espaço no mercado de trabalho, sendo remotíssima a hipótese de reabilitação em atividades que não demandassem esforço físico.

(...)

No caso em apreço, verifica-se, como dito, do laudo pericial juntado aos autos, interpretado em conjunto com as demais provas produzidas, que a incapacidade do autor é de natureza total e permanente.

Embora tenha sido atestada a possibilidade, em tese, de sua reabilitação em outras atividades que não demandem esforço físico, é pouco provável que isso ocorra, dada a sua já avançada idade e a sua limitação cognitiva, decorrente da sua baixa escolaridade.

Portanto, há uma limitação intransponível, de natureza socioeconômica, quanto à reinserção do autor no mercado de trabalho, o que transforma a natureza da sua incapacidade em total.

11. Pelo exposto, convenço-me do acerto do juízo sentenciante ao decidir pela aposentadoria por invalidez. Afinal, existe um risco de que, se o Segurado for recolocado em mesma posição de trabalho, estaria comprometida a sua própria sobrevivência; e, em não conseguindo exercer sua atividade habitual, e sem garantia de oportunidades no mercado de trabalho, não teria como prover suas necessidades vitais básicas, estando, assim, demonstrada a necessidade de amparar o Segurado neste momento.

12. Convém esclarecer, ainda, que o Magistrado não fica vinculado à prova pericial, podendo decidir contrário a ela quando houver nos autos outros elementos que assim o convençam, como ocorre na presente demanda.

13. Dessa forma, em face das limitações impostas pelo estado

de saúde do autor, bem como pelas demais peculiaridades do caso, é de ser deferida a aposentadoria por invalidez, ainda que o Segurado não seja incapaz para todas as atividades. Corroborando esse entendimento, os seguintes julgados desta Corte:

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. ACÓRDÃO DE ORIGEM QUE, À LUZ DAS PROVAS DOS AUTOS, CONCLUIU PELA NÃO COMPROVAÇÃO DA INCAPACIDADE LABORAL DEFINITIVA E PERMANENTE. ART. 42 DA LEI 8.213/91. REVISÃO DA CONCLUSÃO ADOTADA NA ORIGEM. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

I. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça alinhou-se no sentido de que, "para a concessão da aposentadoria por invalidez, o magistrado não está vinculado à prova pericial e pode concluir pela incapacidade laboral levando em conta os aspectos socioeconômicos, profissionais e culturais do segurado" (STJ, AgRg no AREsp 103.056/MG, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe de 02/08/2013).

II. No caso, contudo, o Tribunal de origem analisou as provas dos autos e concluiu pela inexistência de incapacidade laboral definitiva e permanente do recorrente. Destacou que os documentos carreados aos autos corroboram as conclusões do perito e concluiu que "o exame do conjunto probatório mostra que o autor não logrou comprovar a existência de incapacidade total e permanente para o exercício de qualquer atividade laborativa, que autorizaria a concessão da aposentadoria por invalidez, nos termos do art. 42 da Lei nº 8.213/91".

III. Diante desse quadro, a inversão do julgado, para concluir pela eventual existência dos requisitos necessários à concessão da aposentadoria por invalidez, demandaria incursão na seara fático-probatória dos autos, inviável, na via eleita, a teor da Súmula 7 do STJ.

IV. Agravo Regimental improvido (AgRg no AREsp. 712.011/SP, Rel. Min. ASSUSETE MAGALHÃES, DJe 4.9.2015).

2 2 2

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. REEXAME DOS REQUISITOS PARA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULA 7/STJ. CONSIDERAÇÃO DOS ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS, PROFISSIONAIS E CULTURAIS DO SEGURADO. DESNECESSIDADE DE VINCULAÇÃO DO MAGISTRADO À PROVA PERICIAL.

I - A inversão do julgado, na espécie, demandaria o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, razão pela qual incide o enunciado da

Superior Tribunal de Justiça

Súmula 7/STJ.

III - Esta Corte Superior firmou entendimento no sentido de que a concessão da aposentadoria por invalidez deve considerar, além dos elementos previstos no art. 42 da Lei n. 8.213/91, os aspectos socioeconômicos, profissionais e culturais do segurado, ainda que o laudo pericial apenas tenha concluído pela sua incapacidade parcial para o trabalho (AgRg no AREsp 574.421/SP, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 14/11/2014).

III - Agravo regimental improvido (AgRg no AREsp. 35.668/SP, Rel. Min. NEFI CORDEIRO, DJe 20.2.2015).

2 2 2

PREVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. INCAPACIDADE PARCIAL. CONSIDERAÇÃO DOS ASPECTOS SÓCIO-ECONÔMICOS, PROFISSIONAIS E CULTURAIS. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES.

1. *O Tribunal de origem deixou claro que, na hipótese dos autos, o autor não possui condições de competir no mercado de trabalho, tampouco desempenhar a profissão de operadora de microônibus.*

2. *necessário consignar que o juiz não fica adstrito aos fundamentos e à conclusão do perito oficial, podendo decidir a controvérsia de acordo o princípio da livre apreciação da prova e do livre convencimento motivado.*

3. *A concessão da aposentadoria por invalidez deve considerar, além dos elementos previstos no art. 42 da Lei n. 8.213/91, os aspectos socioeconômicos, profissionais e culturais do segurado, ainda que o laudo pericial apenas tenha concluído pela sua incapacidade parcial para o trabalho. Precedentes das Turmas da Primeira e Terceira Seção. Incidência da Súmula 83/STJ.*

Agravo regimental improvido (AgRg no AREsp. 384.337/SP, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJe 9.10.2013).

2 2 2

PROCESSUAL. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. ACÓRDÃO EMBASADO EM OUTROS ELEMENTOS ALÉM DO LAUDO PERICIAL. POSSIBILIDADE.

1. *A concessão da aposentadoria por invalidez deve considerar, além dos elementos previstos no art. 42 da Lei nº 8.213/91,*

Superior Tribunal de Justiça

os aspectos socioeconômicos, profissionais e culturais do segurado, ainda que o laudo pericial apenas tenha concluído pela sua incapacidade parcial para o trabalho. Precedentes.

2. *O Tribunal a quo entendeu existir comprovação de que a ora agravada ficou incapacitada de maneira permanente e definitiva para exercer suas atividades laborativas, nada obstante o laudo pericial ter concluído pela incapacidade apenas parcial. Inteligência da Súmula 83/STJ.*

3. *A revisão das premissas fáticas de julgamento esbarra na Súmula 7/STJ.*

4. *Agravo regimental não provido (AgRg no AREsp. 318.761/PR, Rel. Min. CASTRO MEIRA, DJe 5.6.2013).*

14. Tal compreensão encontra-se em consonância com as novas orientações da Organização Mundial de Saúde, que preconiza a junção da análise clínica com a análise social como ferramenta ideal na aferição de incapacidades. A propósito, a doutrina do Professor ANDRÉ LUIZ MORO BITTENCOURT:

Questões sociais e novas síndrome ou patologias, além da questão da inclusão de pessoas estigmatizadas, vêm reiteradamente surgindo, necessitando de uma resposta do legislador e do operador do direito.

Certamente, uma resposta adequada dependerá de um bom e completo instrumento de verificação e, no caso dos benefícios por incapacidade, a perícia deverá se basear em instrumento com essas características.

Diante desse quadro é que vem crescendo a corrente que defende uma quebra de paradigmas da perícia médica, para que se passe a adotar não só a Classificação Internacional de Doença, como também a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde.

A Organização Mundial de saúde, quando da edição da referida classificação, deixou claro que, entre suas funções, estaria a ferramenta de política social, pelo que seria utilizada não só para aspectos relacionados à saúde, como também na segurança social, trabalho, desenvolvimento de políticas sociais e alterações ambientais.

No que pertence ao universo de verificação da CIF, percebe-se que ela engloba não só questões relacionadas com a saúde, como também fatores socioeconômicos, como por exemplo, aquela ligadas ao sexo, orientação religiosa, orientação sexual, tendo, então, aplicação universal, pois verifica funcionalidade, incapacidade (corpo, atividades e participação, tanto de forma

Superior Tribunal de Justiça

individual como social) e fatores contextuais (fatores ambientais e fatores pessoais).

Necessário, então enfrentar a quebra de paradigmas entre o modelo médico e o modelo social (BITTENCOURT, André Luiz Moro. Manual dos Benefícios por incapacidade laboral e deficiência. Curitiba: Alteridade, 2018, p. 384/385).

15. Diante dessas considerações, conhece-se do Agravo do Segurado e se dá provimento ao seu Recurso Especial, para restaurar a sentença em todos os seus termos.

16. Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília, 1º de abril de 2020.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR